SÃO PAULO OBRAS
Gerência Financeira
RUA XV DE NOVEMBRO, 165, 7º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01013-001
Telefone:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA MENSAL DO CONSELHO FISCAL DA EMPRESA SÃO PAULO OBRAS – SPOBRAS, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2026.

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, com início às nove horas, realizou-se, por meio da Plataforma Microsoft Teams, a reunião ordinária do Conselho Fiscal, com a participação dos Conselheiros Fiscais titulares, Renata Andréa Pietro Pereira Viana, Marcelo Pinto, Thiago Demétrio Souza, e dos representantes da SPObras, Adão Borges Vasconcelos, Diretor Administrativo e Financeiro, Paulo Henrique Bispo de Oliveira, Gerente de Pessoas, Patricia Rocha, Analista de Administração.

Aberta a reunião pela Presidente do Conselho, senhora Renata Andréa Pietro Pereira Viana, e após consignadas a ausência justificada do Conselheiro Edson Brasil da Silva e a saída da Conselheira Marcia Regina Moralez, deu-se início a apreciação dos itens da pauta:

Item 1. Aprovação da Ata da Reunião Anterior:

A Ata da reunião anterior do Conselho Fiscal da SPObras, realizada em vinte e um de maio de dois mil e vinte e seis, foi aprovada por unanimidade, dispensada a sua leitura em razão do prévio conhecimento de seu conteúdo por todos.

Item 2. Acompanhamento do Fluxo de Caixa – maio/2026:

A seguir, o Diretor Administrativo e Financeiro, senhor Adão Borges Vasconcelos, por meio de projeção de planilhas, apresentou o Fluxo de Caixa de 2026, contemplando os valores realizados até o mês de maio e as projeções para os demais meses do exercício. Inicialmente, discorreu sobre a movimentação financeira ocorrida no mês em pauta, que se iniciou com saldo de disponibilidades no valor de R$ 46.707 mil. No período, registraram-se entradas líquidas no montante de R$ 11.739 mil, dentre as quais R$ 7.459 mil decorreram de contratos de prestação de serviços com Secretarias, R$ 1.871 mil foram provenientes das Operações Urbanas e R$ 1.777 mil dos contratos de fiscalização do mobiliário urbano. Quanto às saídas, estas totalizaram R$ 12.170 mil, sendo os principais dispêndios as despesas de pessoal, no valor de R$ 4.042 mil, R$ 1.389 mil relativos a custos com obras e projetos e R$ 4.739 mil de serviços de apoio ao gerenciamento, além do desembolso de R$ 2.014 mil correspondente à parcela 10/12 da distribuição dos dividendos aos sócios sobre os resultados de 2023 e 2024. Nas demais movimentações destacaram-se os recursos segregados da Educação, destinados ao pagamento das obras das escolas, que registraram entradas de R$ 26.172 mil e repasses de R$ 33.470 mil, bem como os recursos segregados destinados às demais obras, com entradas de R$ 13.720 mil e pagamentos de R$ 12.829 mil. Após as movimentações do período, o saldo de disponibilidades encerrou o mês em R$ 37.889 mil. No que se refere às projeções para o restante do exercício, foram mantidos os valores baseados no planejamento inicial, atualizados

pelos resultados realizados até maio, estimando-se saldo de caixa aproximado de R$ 49 milhões ao final de 2026.

Item 3. Aprovação das Demonstrações Contábeis – maio/2026:

Ato contínuo, o Diretor Adão Vasconcelos apresentou o resultado contábil em maio de 2026, cujos detalhes constam dos Balancetes e da Demonstração do Resultado, previamente encaminhados ao Conselho. Discorreu sobre as contas de resultado, informando que, no mês, foi registrado faturamento de R$ 10.558 mil e apurado resultado líquido negativo de R$ 1.653 mil. Esse desempenho elevou o prejuízo acumulado do exercício para R$ 2.931 mil ao final de maio, ressaltando, contudo, a expectativa de recuperação ao longo do exercício, em razão da evolução prevista das receitas e da execução dos contratos. Quanto às contas patrimoniais, as disponibilidades e os valores a receber totalizaram R$ 88.955 mil, superior às obrigações a pagar, que registraram R$ 74.138 mil. Ressaltou, ainda, que, embora o exercício apresente prejuízo acumulado até o mês de maio, o Patrimônio Líquido permanece positivo, no valor de R$ 17.375 mil, em decorrência das reservas constituídas e do lucro acumulado do exercício anterior. Após explanação, não havendo questionamentos nem manifestações contrárias, as Demonstrações Contábeis e as contas do período foram aprovadas pelos membros do Conselho Fiscal.

Item 4. Plano de Trabalho do Conselho Fiscal:

São tópicos do plano de trabalho para a reunião: 1) Situação geral das contas; 2) Análise do Fluxo de Caixa mensal e projeção anual; 3) Certidões negativas de débitos; 4) Acompanhar as Atas das Reuniões da Diretoria e Conselho de Administração; 5) Fiscalização de Contratações - verificar regularidade das contratações sob o aspecto do processo licitatório e examinar demonstrativos de valores a receber. Para atendimento aos tópicos do plano de trabalho, o material pertinente foi previamente disponibilizado aos senhores Conselheiros, tendo seus pormenores sido analisados no decorrer da reunião. No que se refere à verificação da regularidade das contratações, objeto do tópico 5, foi disponibilizada ao Conselho, no mês de fevereiro, planilha contendo a relação de cinquenta e um contratos firmados no período compreendido entre 16 de março de 2025 e 31 de janeiro de 2026. Na ocasião, os Conselheiros distribuíram entre si os respectivos processos para análise no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, não tendo sido registrados apontamentos na documentação examinada. Ainda em atendimento ao tópico 5, com o objetivo de subsidiar o exame dos demonstrativos de valores a receber, foram encaminhados os relatórios analíticos das notas fiscais e das notas de débito a receber, com posição em 31 de maio de 2026.

Item 5. Apreciação Plano Estratégico do CDI 2027-2031:

Ainda com a palavra, o Diretor Administrativo e Financeiro prosseguiu com a apresentação do item 5 da pauta. Esclareceu que o Plano Estratégico compõe o Compromisso de Desempenho Institucional - CDI da SPObras para o período de 2027 a 2031, em conformidade com a Lei Federal nº 13.303/2016 e o Decreto Municipal nº 58.093/2018, tratando-se de instrumento de governança destinado a orientar a atuação institucional da empresa por meio de metas e indicadores de voltados à avaliação objetiva de seu desempenho. Destacou que o Plano foi elaborado considerando o contexto do planejamento público municipal, em alinhamento ao Plano Plurianual 2026–2029 e Programa de Metas 2025–2028, buscando traduzir a participação da SPObras especialmente nos temas relacionados à mobilidade urbana, infraestrutura, drenagem, qualificação territorial e implantação e modernização de equipamentos públicos. Apresentou, ainda, uma síntese da análise SWOT da empresa, relacionando: (i) como forças, a qualificação técnica do corpo funcional, a diversidade do portfólio de projetos e os avanços em tecnologia e monitoramento; (ii) como fraquezas, os desafios relacionados ao aprimoramento da governança, a atualização de sistemas, a capacidade operacional e a racionalização de fluxos internos; (iii) como oportunidades, a continuidade dos investimentos municipais com ampliação da atuação da empresa, integração entre planejamento, orçamento e monitoramento e soluções de gestão e tecnologia; e (iv) como ameaças, as restrições orçamentárias, a elevação dos custos, as dependências externas e o risco reputacional. Quanto aos objetivos estratégicos para 2027-2031, destacou a manutenção dos quatro eixos estratégicos: (i) a qualificação da infraestrutura urbana e dos equipamentos públicos; (ii) o fortalecimento da mobilidade urbana e da resiliência da infraestrutura viária; (iii) o apoio ao desenvolvimento urbano e à qualificação territorial; e (iv) o aprimoramento da gestão e da execução dos investimentos públicos em obras. Encerrada a explanação, a senhora Presidente do Conselho elogiou o

trabalho apresentado e consignou que, em exame prévio do Plano, identificou pontos positivos, pontos de atenção e sugestões de aprimoramento, tendo elaborado, também, um painel de indicadores para acompanhamento dos objetivos estratégicos. Registrou, ainda, que os apontamentos identificados, mediante a aprovação do Colegiado, serão encaminhados à SPObras para análise, devendo as sugestões consideradas cabíveis ser incorporadas ao Plano Estratégico da empresa. Por fim, o senhor Adão informou que, com a aprovação deste Conselho, e já tendo sido aprovado pela Diretoria Executiva, a matéria deverá prosseguir para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

Item 6. Apreciação Processo Seletivo Simplificado:

Na sequência, passou-se à apreciação do item 6 da pauta, que trata da autorização para prosseguimento do Processo Seletivo Simplificado - PSS, com apresentação realizada pelo Gerente de Pessoas, senhor Paulo Henrique Bispo Oliveira. Inicialmente, foi apresentada a justificativa para a abertura do PSS, em razão da ampliação dos empreendimentos executados pela SPObras e da insuficiência do quadro atual para atender, em quantidade e especialização, às demandas técnicas necessárias. Relembrou que o tema já havia sido apreciado e aprovado pelo Conselho, retornado, nesta oportunidade, para nova apreciação em razão da alteração da justificativa apresentada. Esclareceu que, anteriormente, a justificativa apresentada estava fundamentada no aumento do volume de trabalho decorrente do Projeto de Prolongamento da Marginal Pinheiros. Entretanto, como o referido empreendimento não teve prosseguimento, procedeu-se à revisão dos fundamentos que embasam a proposta. Na ocasião, foi informado que estudos técnicos atualizados demonstraram a permanência do aumento da demanda de trabalho, em caráter excepcional e transitório, decorrente da celebração de novos contratos e da ampliação das atividades sob responsabilidade da empresa. Nesse contexto, foram apresentados os seguintes contratos: nº 154/SIURB/2025 Obras do BRT Aricanduva – Lote 1; nº 155/SIURB/2025, Obras do BRT Aricanduva – Lote 2; nº 156/SIURB/2025 Obras do BRT Aricanduva – Lote 3; nº 157/SIURB/2025, Obras do BRT Aricanduva – Lote 4; nº 170/SIURB/2025, Fiscalização Socioambiental das Obras do Corredor BRT Aricanduva; nº 001/SPOBRAS/2026, obras de implantação da ligação viária entre a Avenida Jornalista Roberto Marinho e a Rodovia dos Imigrantes; nº 000/SIURB/2026, Obras e Gestão Ambiental das Obras de Implantação do Túnel Sena Madureira e da Requalificação Urbana do Entorno Imediato; nº 016/SIURB/2026, implantação de Centros Educacionais Unificados (CEUs), distribuídos em seis lotes, conforme a Portaria Conjunta SME/SIURB nº 2, de 12 de agosto de 2024; nº 019/SIURB/2026, Centro Educacional composto por CEI, EMEI e EMEF Heliópolis "Redondinhos"; e nº 015/SIURB/2025, Anexo II da Portaria Conjunta SME/SIURB nº 03, de 20 de dezembro de 2021. Diante das informações apresentadas, registrou-se que a necessidade de abertura do Processo Seletivo Simplificado permanece devidamente justificada, tendo em vista o acréscimo excepcional e temporário da demanda de trabalho decorrente da execução dos contratos mencionados, que passam a substituir a fundamentação originalmente apresentada. O senhor gerente informou, ainda, que o Processo Seletivo Simplificado constitui o instrumento mais adequado para o recrutamento pretendido, uma vez que a realização de concurso público não atenderia à necessidade de resposta célere imposta pelos prazos dos projetos em execução. Esclareceu que a contratação inicial está estimada em 50 profissionais, podendo atingir até 100, conforme a evolução das demandas da empresa. Ressaltou que a medida busca evitar atrasos e prejuízos à execução dos empreendimentos, com fundamento no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal. O processo seletivo deverá ser conduzido por Comissão Organizadora designada pelo Diretor-Presidente e compreenderá análise de títulos e entrevistas. Quanto aos impactos financeiros, destacou que a contratação temporária representará custo estimado de R$ 640.689,77 mensais e R$ 8.328.967,01 anuais para o cenário de 50 profissionais, podendo alcançar R$ 1.281.379,54 mensais e R$ 16.657.934,02 anuais no cenário de 100 profissionais. Tais informações foram apresentadas como subsídio à deliberação acerca da recomposição da força de trabalho necessária ao atendimento dos empreendimentos previstos. Por fim, a presente resolução, aprovada pelo Conselho Fiscal, será submetida à apreciação do Conselho de Administração e, posteriormente, encaminhada ao Departamento de Defesa de Capitais e Haveres do Município – SF/SUTEM/DECAP para análise e à Junta Orçamentário-Financeira – JOF para aprovação. Após a conclusão dessas etapas, será providenciada a publicação do Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado.

Item 7. Apreciação pagamento de Participação nos Lucros e Resultados 2025:

Continuando, o gerente Paulo Henrique prosseguiu com a apresentação do item 7 da pauta, que trata da solicitação de autorização para o pagamento da distribuição dos Lucros e Resultados aos colaboradores e diretores que participaram da execução das atividades da SPObras ao longo do exercício de 2025. Informou que Programa de Participação nos Lucros e Resultados – PLR tem por objetivo incentivar e motivar os colaboradores na busca contínua por melhores resultados institucionais, mediante a distribuição de parcela dos resultados obtidos pela empresa, em conformidade com a legislação trabalhista e com o artigo 18 do Decreto Municipal nº 58.093/2018. Informou, ainda, que o programa está fundamentado na Norma Administrativa nº 28.02, aprovada pela RD PRE/DAF-024/2024, de 30 de janeiro de 2024. As metas e os indicadores do programa são estabelecidos por meio do Compromisso de Desempenho Institucional - CDI, em conformidade com o art. 18, § 2º, do Decreto Municipal nº 58.093/2018, e o valores observam o limite legal de distribuição de até 10% do lucro líquido do exercício. Em seguida, destacou que no exercício de 2025 a SPObras apurou lucro líquido de R$ 11.139.010,62 e que o valor destinado à distribuição do PLR, considerando a contribuição individual para o resultado, a avaliação de desempenho funcional do ano e o cumprimento das metas do CDI-2025, totalizou R$309.214,13. Diante do exposto, considerando, ainda, o atendimento às diretrizes estabelecidas pela JOF, pela Norma Administrativa nº 28.02 e pelo Acordo Coletivo de Trabalho – ACT-PLR 2025/2026, a matéria foi submetida ao Conselho, que deliberou pela sua aprovação.

Finalizados os assuntos constantes da pauta, e nada mais havendo a ser tratado, a Conselheira Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Após aprovada a Ata, assinam os presentes:

Renata Andréa Pietro Pereira Viana

Marcelo Pinto

Thiago Demétrio Souza

Adão Borges Vasconcelos

Paulo Henrique Bispo de Oliveira

Patricia Rocha

Adão Borges Vasconcelos
Diretor(a) Administrativo(a) e Financeiro(a)
Em 14/07/2026, às 10:59.

Thiago Demétrio Souza
Diretor(a) de Departamento
Em 14/07/2026, às 11:10.

RENATA ANDREA PIETRO PEREIRA VIANA
usuário externo - Cidadão
Em 14/07/2026, às 12:23.

Marcelo Pinto
Coordenador(a) I
Em 14/07/2026, às 14:15.

Paulo Henrique Bispo Oliveira
Gerente
Em 14/07/2026, às 15:48.

Patricia Rocha
Analista de Administração
Em 14/07/2026, às 16:06.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://processos.prefeitura.sp.gov.br, informando o código verificador **160908509** e o código CRC **A7CD6B81**.